

Bem-Estar Animal

Normas e Incentivos

Fernando Miranda (DIRHEAA-DSDR)

Luís Sobral Dias (DE-DSPPAA)

Luísa Hipólito (DSPPAA)

Rosa Bernardino (DE-DSPPAA)

Direcção Regional de Agricultura de Entre Douro e Minho



I. INTRODUÇÃO

A preocupação da Comunidade Europeia relativamente ao bem-estar animal, ou seja o respeito pelo estado de equilíbrio fisiológico e etológico dos animais, foi formalizada em 19 de Junho de 1978, pela Decisão do Conselho 78/923/CEE, através da qual a Comunidade aprova a Convenção Europeia Relativa à Protecção dos Animais nas Explorações.

Esta Convenção aplica-se à alimentação, cuidados e alojamento dos animais, que os produtores deverão considerar, em particular no que se refere aos sistemas modernos de criação intensiva.

A sociedade evoluiu no sentido de se fazerem respeitar, quer nos sistemas de produção intensivos quer extensivos, as cinco necessidades básicas dos animais:

- (i) Livres de fome, sede ou carências
- (ii) Livres de dor, traumatismo ou doenças
- (iii) Livres de desconforto
- (iv) Livres de medo, ansiedade e stress
- (v) Livres de expressar o comportamento natural

Essa evolução está subjacente nos resultados obtidos através de uma consulta pública na Internet sobre bem-estar animal, que terminou em Dezembro de 2005, em que a grande maioria dos 40 mil cidadãos que responderam ao inquérito, promovia o bem-estar animal e

gostaria de ver mais produtos pecuários obtidos através de métodos mais adequados. Admitiram pagar mais por produtos como a carne e os ovos se isso contribuir para o bem-estar dos animais, mas esperam que esses alimentos sejam mais facilmente identificáveis. Os cidadãos acreditam que a melhoria dos padrões de bem-estar animal podem resultar na melhoria da sanidade animal e de alimentos eticamente mais aceitáveis.

A protecção e o bem-estar animal estão hoje devidamente salvaguardados na legislação comunitária e nacional, que fixa um conjunto de regras mínimas que devem ser respeitadas pelos agentes económicos, nomeadamente ao nível das explorações agrícolas, do transporte e do abate.

O presente documento fará a abordagem da legislação nacional mais relevante (que resulta da transposição para a ordem jurídica nacional de Directivas Comunitárias), relativa a normas comunitárias de bem-estar animal, ao nível das explorações pecuárias, e por espécie pecuária:

- Decreto-Lei n.º 48/2001, de 10 de Fevereiro, relativo às normas mínimas de protecção de vitelos nas explorações pecuárias;
- Decreto-Lei n.º 135/2003, de 28 de Junho (alterado pelo Decreto-Lei 48/2006, de 1 de Março) relativo às normas mínimas de protecção de suínos para efeitos de criação e engorda.

- Decreto-Lei n.º 72-F/2003, de 14 de Abril, relativo às normas mínimas de protecção de galinhas poedeiras nas explorações;
- Decreto-Lei n.º 64/2000, de 22 de Abril, relativo às normas mínimas de protecção dos animais nas explorações pecuárias.

As normas comunitárias de bem-estar animal devem ser cumpridas em **todas as explorações pecuárias**.

Relativamente aos agricultores que beneficiem de **pagamentos directos**, de acordo com o disposto no Regulamento (CE) n.º 1782/2003 do Conselho, de 29 de Setembro, deverão respeitar os requisitos legais de gestão, assim como as boas condições agrícolas e ambientais, ficando a concessão de ajudas condicionada ao respeito das normas: ambientais, segurança alimentar, sanidade animal e vegetal, bem-estar animal e boas condições agrícolas e ambientais.

Em matéria de bem-estar animal, a partir de 1 de Janeiro de 2007, os agricultores terão de cumprir:

- Na **directiva 91/629/CEE**, de 19 de Novembro, relativa às normas mínimas de protecção de vitelos, os artigos 3.º e 4.º;
- Na **directiva 91/630/CEE**, de 19 de Novembro, relativa às normas mínimas de protecção de suínos, os artigos 3.º e 4.º (n.º 1);
- Na **directiva 98/58/CE**, de 20 de Julho, relativa à protecção dos animais nas explorações agrícolas, o artigo 4.º.

O incumprimento destas normas decorrentes da actividade agrícola implicará redução, ou mesmo exclusão dos pagamentos directos.



Por sua vez, os agricultores que beneficiaram das **ajudas ao investimento**, no âmbito dos Programas AGRO e AGRIS, deverão, igualmente, dar particular atenção, no desempenho da sua actividade, ao cumprimento das normas comunitárias de bem-estar, sob pena, e à semelhança dos beneficiários de pagamentos directos, de estarem sujeitos a penalizações.

O **Regulamento (CE) nº. 1698/2005**, do Conselho, de 20 de Setembro (FEADER), que terá aplicação para o período 2007-2013, prevê a existência de um conjunto de medidas de apoio ao agricultor, relacionadas com o bem-estar animal, nos Eixos 1 e 2.

A existência destes apoios baseia-se no facto que os agricultores devem continuar a ser incentivados para adoptar normas elevadas em matéria de bem-estar dos animais.

II. NORMAS MÍNIMAS DE PROTECÇÃO DE VITELOS

As normas mínimas de protecção dos vitelos encontram-se regulamentadas na seguinte legislação: Decreto-Lei n.º 64/2000 de 22 de Abril, Decreto-Lei n.º 48/2001 de 10 de Fevereiro, Directiva 91/629/CE do Conselho de 19 de Novembro, Directiva 97/2/CE do Conselho de 20 de Janeiro, Directiva 98/58/CE do Conselho de 20 de Julho e na Decisão 97/182/CE da Comissão de 24 de Fevereiro.

Passamos a salientar um resumo das normas mínimas:

- Satisfação das exigências em termos de dimensões mínimas e requisitos dos compartimentos individuais, dos alojamentos novos, reconstruídos ou utilizados pela primeira vez após 1 de Janeiro de 1998, com excepção das explorações com menos de 6 vitelos e os vitelos que permaneçam com as mães para aleitamento:

- Área mínima disponível para cada vitelo criado em grupo consoante o seu peso:

Área mínima (m ²)	Peso vivo por vitelo (Kg)
1,5	≤ 149
1,7	150 - 219
1,8	≥ 220

- Nenhum vitelo com mais de 8 semanas de idade pode ser confinado num compartimento individual, a menos que um médico veterinário tenha certificado que deve ser isolado, quer por razões de saúde ou de comportamento, quer para efeitos de tratamento;
- Largura do compartimento individual pelo menos igual à altura do vitelo ao garrote medida com o vitelo de pé e respectivo comprimento pelo menos igual ao comprimento do corpo do vitelo medido da ponta do nariz até à extremidade caudal do osso ilíaco multiplicado por 1,1;
- Existência de divisórias perfuradas em cada compartimento individual permitindo o contacto visual e táctil directo entre os vitelos, exceptuando-se o caso do isolamento dos animais doentes;
- Autorização da Direcção-Geral de Veterinária para a utilização das instalações, não satisfazendo as exigências indicadas, se construídas antes de 1 de Janeiro de 1994, desde que a sua duração não ultrapasse a data de 31 de Dezembro de 2003;
- Satisfação das condições pelos alojamentos novos ou reconstruídos a partir de 1 de Janeiro de 1998, bem como os utilizados pela primeira vez após essa data, exceptuando as explorações com menos de seis vitelos e os vitelos que permaneçam com as mães para aleitamento:
 - Manutenção do equipamento em adequadas condições de funcionamento e segurança, em conformidade com a regulamentação nacional em vigor;
 - Condições ambientais no interior do edifício adequadas à saúde e bem-estar dos vitelos (em termos de temperatura, humidade relativa do ar, iluminação, concentração de gases, circulação do ar, teor de poeiras);
 - Características dos alojamentos (instalações, compartimentos, equipamentos e utensílios) adequadas ao cumprimento das condições de higiene, saúde e bem-estar dos animais e à satisfação das



necessidades fisiológicas dos mesmos. Condições para o isolamento dos vitelos em compartimentos adequados em caso de doença ou ferimento;

- Acesso a uma alimentação adequada (fornecendo uma quantidade suficiente de ferro, incluindo uma ração diária mínima de alimentos fibrosos e permitindo o acesso diário a água potável), ministrada nas condições ajustadas às características (idade, peso), necessidades (fisiológicas e comportamentais) e tipo de alojamento dos vitelos (individual ou em grupo);
- Recepção de colostro de vaca por todos os vitelos nas primeiras seis horas de vida;
- Realização da inspecção adequada dos vitelos criados em estábulo e ao ar livre respectivamente pelo menos duas ou uma vez por dia;
- Realização da inspecção do equipamento automático ou mecânico indispensável para a saúde e bem-estar dos vitelos pelo menos uma vez por dia. Utilização de métodos alternativos de alimentação e manutenção de um ambi-

ente satisfatório em caso de impossibilidade de reparação imediata das deficiências detectadas;

- Existência de um sistema de alarme de alerta de deficiência no caso da utilização de ventilação artificial, devendo ser previsto um sistema de substituição adequada em caso de avaria;
- Substituição do corte das caudas por outras técnicas de manejo visando o bem-estar. Os vitelos não devem ser açaimados;
- Amarra dos vitelos só permitida, aquando do aleitamento, nas condições adequadas por períodos não superiores a uma hora;
- Manutenção nas explorações apenas dos animais cujo genótipo ou fenótipo não vier a ter efeitos prejudiciais para a saúde ou bem-estar dos mesmos.

Entidades Fiscalizadoras: Direcção Geral de Veterinária e Direcções Regionais de Agricultura

No Anexo I do Decreto-Lei n.º 48/2001 de 10 de Fevereiro, encontram-se detalhadas as condições a que devem obedecer o alojamento, acomodação e cuidados a ter com os vitelos.

III. NORMAS MÍNIMAS DE PROTECÇÃO DOS SUÍNOS

As normas mínimas de protecção dos suínos encontram-se regulamentadas na seguinte legislação: Decreto-Lei n.º 64/2000 de 22 de Abril, Decreto-Lei n.º 48/2006, de 1 de Março,



e Decreto-Lei n.º 135/2003, de 18 de Junho, que transpõe para a ordem jurídica nacional a Directiva 91/630/CEE, do Conselho, de 19 de Novembro, relativa às normas mínimas de protecção de suínos, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Directiva 2001/88/CE, do Conselho, de 23 de Outubro, e a Directiva 2001/93/CE, da Comissão, de 9 de Novembro, estabelecendo ainda as normas mínimas de protecção dos suínos alojados para efeitos de criação e de engorda¹.

Passamos a apresentar algumas normas mínimas relativas aos:

Alojamentos

- Os alojamentos dos suínos devem ser construídos de modo a permitir que cada animal tenha acesso a uma área de repouso física e termicamente confortável, adequadamente drenada e limpa, que permita que ele repouse e se deite e, ainda, que todos os animais se deitem simultaneamente;
- Para os suínos criados em grupo, todos os alojamentos recém-construídos, reconstruídos ou utilizados pela primeira vez devem obedecer às seguintes disposições:
 - Dispor de uma área livre destinada a cada leitão desmamado ou suíno de criação com, pelo menos:
 - i) 0,15 m² por suíno com um peso médio igual ou inferior a 10 kg;
 - ii) 0,20 m² por suíno com um peso médio compreendido entre 10 kg e 20 kg;
 - iii) 0,30 m² por suíno com um peso médio compreendido entre 20 kg e 30 kg;
 - iv) 0,40 m² por suíno com um peso médio compreendido entre 30 kg e 50 kg;
 - v) 0,55 m² por suíno com um peso médio compreendido entre 50 kg e 85 kg;

¹ De acordo com o Decreto-Lei n.º 48/2006, de 1 de Março, entende-se por "sistema de criação e engorda em regime intensivo" o que, em área coberta ou ao ar livre, não utiliza o pastoreio em qualquer das fases do processo produtivo.

- vi) 0,65 m² por suíno com um peso médio compreendido entre 85 kg e 110 kg;
- vii) 1,00 m² por suíno com um peso médio de 110 kg ou superior a 110 kg;
- Dispor de uma área livre destinada a cada marrã após cobrição com, pelo menos, 1,64 m², devendo uma parte desta área, igual a pelo menos 0,95 m² por animal, ser constituída por pavimento sólido contínuo do qual não mais de 15% seja reservado às aberturas de drenagem;
- Dispor de uma área livre destinada a cada porca com, pelo menos, 2,25 m², para porcas prenhes, devendo ainda uma parte desta, igual a pelo menos 1,30 m² por animal, ser constituída por pavimento sólido contínuo do qual não mais de 15% seja reservado às aberturas de drenagem;
- Quando as marrãs após cobrição e as porcas forem mantidas em grupos de menos de seis animais, a área livre estipulada a superfície livre de pavimento total disponível para cada marrã ou porca deve ser aumentada em 10%;
- Quando as marrãs após cobrição e as porcas forem mantidas em grupos de quarenta ou mais animais, a superfície livre de pavimento total disponível para cada marrã ou porca pode ser diminuída em 10%;
- Quando forem utilizados pavimentos de grelha em betão, para suínos mantidos em grupo, estes devem obedecer às seguintes exigências:
 - i) Largura máxima das aberturas:
 - Para leitões - 11 mm;
 - Para leitões desmamados - 14 mm;
 - Para suínos de criação - 18 mm;
 - Para marrãs após cobrição e para porcas - 20 mm;
 - ii) Largura mínima das ripas:
 - Para leitões e leitões desmamados - 50 mm;
 - Para suínos de criação, marrãs após a cobrição e para porcas - 80 mm.



Infraestruturas

- Os materiais utilizados na construção de alojamentos para suínos, em especial os das celas e equipamentos com que os animais podem estar em contacto, não lhes devem ser prejudiciais e devem poder ser limpos e desinfectados de forma rigorosa.
- Os pavimentos devem ser lisos, sem arestas e antiderrapantes para evitar lesões nos suínos, bem como devem ser concebidos e mantidos por forma a não causarem lesões nem sofrimento aos animais.
- Os pavimentos a que se refere o número anterior devem ser adequados para a dimensão e peso dos suínos e, se não forem fornecidas camas, constituir superfícies rígidas, planas e estáveis.

O Decreto-Lei n.º 135/2003 (alterado pelo Decreto-Lei n.º 48/2006, de 1 de Março) estabelece, **a partir de 1 de Janeiro de 2005**, as seguintes disposições específicas para as celas destinadas a varrascos:

- As celas devem estar localizadas e construídas por forma a que o varrasco possa rodar, ouvir, cheirar ou ver outros suínos, tendo em conta que a área disponível de pavimento livre destinada a cada varrasco deve ser, no mínimo, de 6 m² e a cela não deve ter quaisquer obstáculos.
- Se as celas forem igualmente utilizadas com vista à reprodução natural, a área disponível de pavimento para cada varrasco deve ser, no mínimo, de 10 m² e a cela não deve ter quaisquer obstáculos.

O mesmo diploma estabelece ainda, na Secção II do Anexo, regras relativas à higiene, manejo, alimentação e abeberamento e mutilação dos animais.

Entidades Fiscalizadoras: Direcção Geral de Veterinária e Direcções Regionais de Agricultura.

IV. PROTECÇÃO DAS GALINHAS POEDEIRAS EM BATERIA

As normas mínimas de protecção das galinhas poedeiras encontram-se regulamentadas na seguinte legislação: Decreto-Lei n.º 64/2000 de 22 de Abril e Decreto-Lei n.º 72-F/2003, de 14 de Abril, que transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva 1999/74/CE, do Conselho, de 19 de Julho, relativa à protecção das galinhas poedeiras, e Directiva 2002/4/CE, do Conselho, de 30 de Janeiro, relativa ao registo de estabelecimentos de criação de galinhas poedeiras, de modo a permitir a rastreabilidade dos ovos colocados no mercado para consumo humano.

De acordo com o Decreto-Lei n.º 72-F/2003 e sem prejuízo das condições previstas no Decreto-Lei n.º 64/2000, os alojamentos devem satisfazer certas exigências de carácter geral (Capítulo I do Anexo ao Decreto-Lei n.º 72-F/2003).

Consoante o sistema de produção, devem ainda satisfazer certas exigências de carácter específico que a seguir se apresentam:

1. Sistemas alternativos

- As galinhas poedeiras devem dispor do seguinte equipamento:
 - Comedouros em linha com, pelo menos, 10 cm de comprimento por galinha ou de comedouros circulares com, pelo menos, 4 cm de comprimento por galinha;
 - Bebedouros contínuos com 2,5 cm de comprimento por galinha ou circulares com 1 cm de comprimento por galinha e, se forem utilizadas pipetas, deve haver, pelo menos, uma pipeta por cada 10 galinhas, bem como, se forem utilizados bebedouros em série, deve haver, pelo menos, duas pipetas ao alcance de cada galinha;
- Um ninho por cada sete galinhas e, se forem utilizados ninhos colectivos, deve haver, pelo menos, 1 m² de espaço no ninho para um máximo de 120 galinhas;
- Poleiros adequados, sem arestas cortantes e com um espaço de, pelo menos, 15 cm por galinha, os quais não devem ser montados sobre a área de cama; sendo a distância horizontal entre poleiros nunca inferior a 20 cm;
- Uma cama no mínimo com 250 cm² por galinha, devendo ocupar, pelo menos, um terço da superfície do chão do aviário;
- Um chão construído de modo a poder suportar de forma adequada cada uma das garras anteriores de cada pata.
- A densidade animal não deve ultrapassar nove galinhas poedeiras por metro quadrado de superfície utilizável.
- Nos sistemas com vários pisos deve ser tido em consideração o seguinte:
 - O número de pisos sobrepostos fica limitado a quatro;
 - A distância livre entre os pisos deve ser de, pelo menos, 45 cm;
 - A distribuição do equipamento de abeberamento e alimentação deve permitir um acesso igual a todas as galinhas;
 - Os pisos devem ser instalados de maneira que os excrementos não possam atingir as aves dos pisos inferiores.
- Os alojamentos de galinhas que dispõem de um espaço exterior de exercício, devem também dispor de:
 - Portinholas de saída com acesso directo ao espaço exterior, altura mínima de 35 cm e uma largura de 40 cm e, ainda, estarem repartidas por todo o comprimento do edifício, devendo haver, obrigatoriamente, uma abertura total de 2 m por cada milhar de galinhas;

- Um espaço exterior que, para evitar contaminações, deve estar adaptado à densidade de galinhas mantidas e à natureza do terreno;
- Abrigos exteriores contra as intempéries e os predadores e, se necessário, bebedouros adequados.

Prazos de aplicação:

- Imediatamente após a entrada em vigor do diploma (15 de Abril de 2003), para os alojamentos novos, reconstruídos ou utilizados pela primeira vez;
- A partir de 1 de Janeiro de 2007, para todos os alojamentos;
- Até 31 de Dezembro de 2011, quando a superfície utilizável corresponder à superfície disponível no solo, é permitida uma densidade de 12 aves/m² de superfície disponível em estabelecimentos que aplicassem este sistema à data de 3 de Agosto de 1999.

2. Gaiolas não melhoradas

As gaiolas não melhoradas devem dispor do seguinte equipamento:

- Uma superfície com pelo menos 550 cm² por galinha, medidos horizontalmente, utilizáveis sem restrições, designadamente sem ter em conta os rebordos deflectores anti-desperdício susceptíveis de diminuir a superfície disponível;
- Comedouro que possa ser utilizado sem restrições e cujo comprimento deve ser de, pelo menos, 10 cm multiplicado pelo número de galinhas na gaiola;
- Bebedouro contínuo com, pelo menos, 10 cm por galinha e, caso haja bebedouros em série, pelo menos, duas pipetas ao alcance de cada galinha;
- Uma altura mínima de 40 cm em 65% da superfície da gaiola e 35 cm em qualquer dos pontos;
- Pavimento construído de modo a suportar de forma adequada cada uma das garras anteriores de cada pata e com uma

inclinação não superior a 14% ou 8°, salvo se for constituído por rede metálica de malha rectangular;

- Dispositivos adequados para desgastar as garras.

Prazos de aplicação:

- Imediatamente após a data de entrada em vigor do diploma (15 de Abril de 2003), para todos os alojamentos, **não sendo permitida a construção ou colocação em serviço pela primeira vez deste tipo de gaiolas.**
- A partir de 1 de Janeiro de 2012 **é proibida a utilização de gaiolas não melhoradas.**

3. Gaiolas melhoradas

As gaiolas melhoradas devem obedecer aos seguintes requisitos:

- Dispor de pelo menos 750 cm² de superfície de gaiola por animal, dos quais 600 cm² sejam de superfície utilizável, e cuja superfície total não possa ser inferior a 2000 cm²;
- Dispor de uma altura mínima da gaiola para além da altura sobre a superfície utilizável de 20 cm em qualquer dos pontos;
- Possuir um ninho;
- Dispor de material de cama que permita às galinhas debicar e esgravatar;
- Possuir poleiros adequados com um espaço de, pelo menos, 15 cm por galinha;
- Ter um comedouro que possa ser utilizado sem restrições e cujo comprimento deva ser de, pelo menos, 12 cm multiplicado pelo número de galinhas na gaiola;
- Possuir um sistema de abeberamento adequado que tenha em conta, designadamente, a dimensão do grupo e, se forem utilizados bebedouros em série, deve haver, pelo menos, duas pipetas ao alcance de cada galinha;
- Dispor de dispositivos de desgaste de garras;

- Ter corredores com uma largura mínima de 90 cm entre os blocos de gaiolas e um espaço de, pelo menos, 35 cm entre o chão do edifício e as gaiolas dos blocos inferiores de forma a facilitar a inspecção, instalação e retirada das aves.

Prazos de aplicação:

Estas disposições são aplicadas a partir 15 de Abril de 2003.

V. PRODUÇÃO TRADICIONAL DE AVES AO AR LIVRE

O tipo de criação “Produção tradicional de aves ao ar livre” encontra-se regulamentado no Regulamento (CEE) n.º 1538/91 da Comissão de 5 de Junho, com as alterações introduzidas pelos Regulamentos (CEE) n.º 2891/93 de 21 de Outubro e n.º 1000/96 de 4 de Junho, que define as regras de execução do Regulamento (CEE) n.º 1906/90 que estabelece as normas de comercialização para as aves de capoeira.

O termo “**produção tradicional de aves ao ar livre**” só pode ser utilizado se preenchidas as seguintes condições:

- A densidade populacional no interior das instalações por m², não exceder no caso dos:
 - Frangos: 12 aves, mas não mais de 25 Kg de peso vivo no entanto, no caso das instalações móveis com área de chão não superior a 150 m² que permaneçam abertas durante a noite, a densidade populacional pode aumentar para 20 aves, não podendo corresponder a mais de 40 Kg de peso vivo por m²,
 - Capões: 6,25 (até 91 dias de idade: 12) mas não mais de 35 Kg de peso vivo,
 - Patos Barbary e patos de Pequim: 8 machos, mas não mais de 35 Kg de peso vivo, 10 fêmeas mas não mais de 25 Kg de peso vivo,
 - Patos Mulard: 8 aves, mas não mais de 35 Kg de peso vivo,
- Gansos: 5 aves (até 6 semanas de idade: 10), 3 durante as últimas 3 semanas de período de engorda se a fase final for em cativeiro, mas não mais de 30 Kg de peso vivo,
- A área total utilizável das instalações para aves numa única unidade de produção não exceder 1600 m².
- Cada uma das instalações para aves de capoeira não contiver mais de:
 - 4800 frangos,
 - 5 200 pintadas com acesso ao ar livre ou 2 000 em cativeiro,
 - 4000 patas Barbary ou patas de Pequim ou 3200 patos Barbary ou patos de Pequim ou 3000 patos Mulard,
 - 2500 capões, gansos e perús.
- As instalações dispuserem de aberturas com um comprimento total de pelo menos 4 m por 100 m² de superfície das instalações,
- Haver um acesso contínuo durante o dia a um espaço ao ar livre pelo menos a partir da idade de:
 - 6 semanas, no caso dos frangos e capões,
 - 8 semanas, no caso dos patos, gansos, pintadas e perús.
- O espaço ao ar livre corresponder a uma área, coberta sobretudo por vegetação, com, pelo menos:
 - 2 m² por frango, pato Barbary, pato de Pequim ou pintada,
 - 3 m² por pato Mulard,
 - 4 m² por capão a partir de 92 dias (2 m² até ao 91º dia),
 - 6 m² por peru,
 - 10 m² por ganso.

No caso das pintadas, a área ao ar livre pode ser substituída por uma zona com poleiros com uma superfície de chão de, pelo menos, o dobro da das instalações e um comprimento de, pelo menos, 2 m, equipada com poleiros com, pelo menos, 10 cm de comprimento por ave, no total (instalação e poleiro).

- As aves engordadas pertencerem a uma variedade de crescimento lento.

A fórmula alimentar utilizada na fase de engorda conter, pelo menos, 70 % de cereais,

- A idade mínima de abate for de:
 - 81 dias para os frangos,
 - 150 dias para os capões,
 - 49 dias para os patos de Pequim,
 - 70 dias para as patas Barbary,
 - 84 dias para os patos Barbary,
 - 92 dias para os patos Mulard,
 - 94 dias para as pintadas,
 - 140 dias para os perús e os gansos para cozinhar,
 - 95 dias para os gansos destinados à produção foie gras e magret.
- A fase final em cativeiro não exceder, no caso dos:
 - frangos com mais de 90 dias de idade: 15 dias,
 - capões: 4 semanas,
 - gansos e patos Mulard destinados à produção de foie gras e magret, com mais de 70 dias de idade: 4 semanas.

VI. O BEM-ESTAR ANIMAL E O REGULAMENTO (CE) Nº 1698/2005

O Regulamento (CE) nº 1698/2005, do Conselho, de 20 de Setembro (FEADER), que terá aplicação para o período 2007-2013, à semelhança do Regulamento (CE) nº 1257/1999 (e posteriores actos modificativos), prevê a existência de um conjunto de medidas de apoio ao agricultor, relacionadas com o bem-estar animal, nos Eixos 1 e 2.

No Eixo 1 o Regulamento prevê apoios aos agricultores pelos custos e pela perda de rendimento decorrente do cumprimento de normas relacionadas, além de outras, com o bem-estar dos animais.

No Eixo 2 o Regulamento prevê apoios a agricultores que assumam voluntariamente compromissos em matéria de bem-estar dos animais, caso estes se comprometam a adoptar

normas zootécnicas mais exigentes que as normas obrigatórias aplicáveis (requisitos legais de gestão).

A existência de apoios, ao abrigo deste regulamento, relacionados com o bem-estar dos animais, será possível desde que se reúnam duas condições:

- Os agricultores se comprometam a adoptar normas zootécnicas mais exigentes que as normas obrigatórias aplicáveis (requisitos legais de gestão).
- O agricultor cumpra, em toda a sua exploração, os requisitos legais de gestão e as boas condições agrícolas e ambientais.

(i) Eixo 1 – Aumento da competitividade dos sectores agrícola e florestal

O artigo 20º, alínea c) sub-alínea i)] prevê a existência de medidas destinadas a melhorar a qualidade da produção e dos produtos agrícolas, através do **apoio aos agricultores para se adaptarem a normas exigentes baseadas em legislação comunitária**.

Para o cumprimento dessas normas, o artigo 30.º refere o seguinte:

1. O apoio previsto aos agricultores para se adaptarem a normas exigentes baseadas em legislação comunitária, destina-se a contribuir parcialmente para os custos incorridos e a perda de rendimento dos agricultores que têm de aplicar normas nos domínios da protecção do ambiente, da saúde pública, da sanidade animal e fitossanidade, do bem estar dos animais e da segurança no trabalho.
2. As referidas normas devem ter sido introduzidas recentemente na legislação nacional de transposição do direito comunitário e impor novas obrigações ou restrições às práticas agrícolas que tenham um impacto significativo nos custos de exploração agrícola normais e afectem um número significativo de agricultores.
3. O apoio é concedido sob uma forma de carácter forfetária, temporária e degresiva de carácter anual, por um período máximo de cinco anos a contar da data

em que o cumprimento da norma se torna obrigatório de acordo com a legislação comunitária.

O apoio é limitado ao montante de **10 000 euros por exploração**.

(ii) Eixo 2 - Melhoria do ambiente e da paisagem rural

O artigo 36º, alínea a) sub-alínea v) prevê a existência de medidas destinadas à utilização sustentável das terras agrícolas através de **pagamentos relacionados com o bem-estar dos animais**.

Para o cumprimento dessas normas, o artigo 40º refere o seguinte:

1. Os pagamentos relacionados com o bem-estar animal são concedidos aos agricultores que assumam, a título voluntário, compromissos em matéria de bem-estar dos animais;
2. Os pagamentos relacionados com o bem-estar animal abrangem apenas os compromissos que ultrapassem as normas obrigatórias estabelecidas nos termos do artigo 4º (requisitos legais de gestão: saúde pública, saúde animal e fitossanidade; ambiente; bem-estar dos animais), e do Anexo III do Regulamento (CE) nº 1782/2003 (entre outros, a aplicação das directivas relativas ao bem-estar animal: 91/629, 91/630 e 98/58) e outros requisitos obrigatórios pertinentes estabelecidos na legislação nacional e identificados no programa;

Esses compromissos são assumidos, regra geral, por um período de cinco a sete anos. Quando necessário e justificado, para tipos especiais de compromissos, deve ser determinado um período mais longo nos termos do nº 2 do artigo 90º.

3. Os pagamentos são concedidos anualmente e abrangem os custos adicionais

e a perda de rendimento resultantes do compromisso assumido. Se necessário, podem também abranger os custos resultantes da mudança.

O apoio é limitado ao montante máximo de **500 euros por cabeça normal**.

Obrigatoriedade de cumprir os requisitos legais de gestão em toda a exploração:

Tal como já foi referido anteriormente, o Regulamento - na Subsecção 4 "Cumprimento das normas", no artigo 51.º (redução ou exclusão dos pagamentos) - alerta para o facto que os agricultores que se candidatam a estes apoios devem cumprir, em toda a sua exploração os requisitos legais de gestão e as boas condições agrícolas e ambientais, sob pena de serem penalizados.

Realçamos a seguinte informação:

1. Caso os beneficiários dos pagamentos previstos para o bem estar dos animais não cumpram em toda a exploração, devido a uma acção ou omissão que lhes seja directamente imputável, os requisitos obrigatórios estabelecidos nos artigos 4º (requisitos legais de gestão) e 5º (boas condições agrícolas e ambientais) e nos anexos III (entre outros, a aplicação das directivas relativas ao bem-estar animal: 91/629, 91/630 e 98/58) e IV (normas – boas condições agrícolas e ambientais) do Regulamento (CE) nº. 1782/2003, o montante total dos respectivos pagamentos a conceder no ano civil em que se verifica o incumprimento é reduzido ou anulado;
2. Durante o período de tolerância, a redução ou anulação dos pagamentos não é aplicável às normas em relação às quais tenha sido concedido um prazo de tolerância nos termos da alínea b) do nº 1 do artigo 26º (não superior a 36 meses a contar da data em que o cumprimento se torne obrigatório para a exploração agrícola, ou a contar da data de instalação de jovens agricultores).